MARILAN ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 52.034.139/0001-50

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	2013	2012
Circulante		**133.494**	**86.532**
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.432	3.363
Contas a receber de clientes	4	89.180	67.788
Estoques	5	23.361	10.630
Impostos e contribuições a recuperar	6	3.411	1.475
Investimento - títulos e valores mobiliários	7	225	248
Instrumentos financeiros	24	-	15
Outras contas a receber		3.885	3.013
Não Circulante		**107.961**	**119.756**
Partes relacionadas	13	-	283
Outras contas a receber	8	1.308	-
Depósitos judiciais		336	359
Impostos e contribuições a recuperar	6	2.086	2.988
Bens destinados a venda	8	1.017	1.354
Imobilizado	9	101.253	112.820
Intangível	10	1.961	1.952
Total do Ativo		**241.455**	**206.289**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2013	2012
Circulante		**90.403**	**86.358**
Fornecedores		41.398	22.009
Empréstimos e financiamentos	11	16.913	43.500
Instrumentos financeiros	24	106	-
Salários e encargos sociais		9.475	7.796
Impostos e contribuições a recolher	12	10.746	4.948
Partes relacionadas	13	409	375
Fretes e acordos comerciais a pagar		6.826	4.708
Outras contas a pagar		4.328	3.022
Dividendos a pagar	16.3	202	-
Não Circulante		**65.473**	**47.928**
Empréstimos e financiamentos	11	34.635	4.533
Partes relacionadas	13	17.024	29.312
Trib. "sub-jud." e prov. riscos fiscais, cíveis e trab.	14	1.371	2.811
Impostos e contribuições a recolher	12	57	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	12.386	11.272
Total do Passivo		**155.876**	**134.286**
Patrimônio Líquido		**85.579**	**72.003**
Capital social	16	25.000	25.000
Ajustes de avaliação patrimonial		38.055	44.295
Reserva de lucros		22.524	2.708
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**241.455**	**206.289**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado p/ o Exercício Findo em 31/12/2013

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto prej. básico e diluído por ação)

	Nota Explicativa	2013	2012
Receita Operacional Líquida	18	**500.119**	**392.615**
Custo dos produtos vendidos	19	(302.200)	(241.907)
Lucro Bruto		**197.919**	**150.708**
Receitas (Desp.) Operac.: Desp. c/ vendas	19	(144.950)	(126.234)
Despesas gerais e administrativas	19	(24.945)	(21.320)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	988	7
Lucro Operac. antes do Resultado Financ.		**29.012**	**3.161**
Resultado Financeiro		**(5.527)**	**(5.353)**
Receitas financeiras	21	2.678	5.077
Despesas financeiras	21	(9.488)	(10.800)
Variação cambial, líquida	22	1.283	370
Lucro (Prejuízo) Antes do IR e da CS		**23.485**	**(2.192)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	15		
Correntes		(7.487)	(377)
Diferidos		(1.122)	509
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		**14.876**	**(2.060)**
Lucro (Prej.) Básico e Diluído por Ação - Em R$		**327,67**	**(45,37)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31/12/2013 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2013	2012
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		**14.876**	**(2.060)**
Outros Resultados Abrangentes			
Itens poderão ser reclassific. subsequent. p/ dem. result.:			
Ajustes de avaliação patrimonial: Valor de mercado de instrumentos financ. disponíveis p/ venda	16.4	(23)	(261)
IR e CS relat. itens poderão ser reclassif. subsequent.		8	89
Resultado Abrangente Acumulado		**14.861**	**(2.232)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31/12/2013

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Fluxo de Caixa das Ativ. Operac.	Nota Explicativa	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		14.876	(2.060)
Aj. p/ conc. lucro líq. (prej.) exerc. caixa líq. ger. pelas ativ. operac.:			
Provisão p. IR e contribuição social - diferidos	15	1.122	(509)
Depreciação e amortização	9 e 10	16.864	16.990
Valor do ativo imobilizado e intangível baixados	9 e 10	148	559
Valor dos bens destinados a venda baixados		(277)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	459	50
Provisão para não realização dos estoques	5	(108)	(557)
Trib. "sub-jud." e prov. p/ riscos fiscais, cíveis e trab.	14	(1.440)	(965)
Juros, var. monet. e camb. s/ emprést. e partes relac.		7.353	8.053
Var. nos Ativos Operac.: Contas a receber de clientes		(22.599)	(8.770)
Estoques		(12.622)	3.721
Impostos e contribuições a recuperar		(1.034)	(415)
Outras contas rec., dep. jud., instr. financ. desp. antecip.		(634)	247
Var. nos Passivos Operacionais: Fornecedores		19.389	(1)
Partes relacionadas		34	-
Salários e encargos sociais		1.679	684
Impostos e contribuições a recolher		13.066	465
Instrumentos financeiros		121	(112)
Outras contas a pagar, partes relac. e adiantamentos		3.138	961
Caixa oriundo das atividades operacionais		39.535	18.341
Juros pagos		(10.115)	(7.226)
IR e contribuição social sobre o lucro líquido pagos		(7.212)	(377)
Caixa oriundo das atividades operacionais		22.208	10.738
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	9	(4.648)	(2.742)
Intangível	10	(805)	(381)
Investimento - títulos e valores mobiliários		-	(509)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.453)	(3.632)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Emprést. e financiamentos: Pagamentos de principal		(55.864)	(69.199)
Captação		62.445	60.139
Mútuo c/ partes relacionadas: Pagamentos de principal		(12.467)	-
Captação		-	4.500
Adiantamentos - partes relacionadas		-	(283)
Dividendos intermediários distribuídos	16.3	(800)	(217)
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		(6.686)	(5.060)
Aumento do Saldo de Caixa e Equiv. de Caixa		**10.069**	**2.046**
Caixa e Equivalentes de Caixa - no Início do Exercício		**3.363**	**1.317**
Caixa e Equivalentes de Caixa - no Fim do Exercício		**13.432**	**3.363**
		10.069	**2.046**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31/12/2013 Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ajuste aval. patrim.	Reserva de lucros: Res. legal	Reserva de lucros: Reserva de ret. de lucros	Lucros (prej.) acumul.	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		**25.000**	**56**	**51.089**	**-**	**-**	**(1.693)**	**74.452**
Ajustes de avaliação patrimonial:								
Valor de mercado de instrum. financ. disp. p/venda, líquido do efeito fiscal	16.4	-	-	(172)	-	-	-	(172)
Realização do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	16.4	-	-	(6.622)	-	-	6.622	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(2.060)	(2.060)
Absorção parcial do prejuízo do exercício com reservas		-	(56)	-	-	-	56	-
Constituição de reserva legal	16.2	-	-	-	228	-	(228)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	-	(217)	(217)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	2.480	(2.480)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		**25.000**	**-**	**44.295**	**228**	**2.480**	**-**	**72.003**
Divid. adicionais distrib. conf. AGO de 12.04.13: Ajustes de aval. patrim.	16.3	-	-	-	-	(283)	-	(283)
Aj. no valor mercado de instrum. financ. disp. p/ venda, líq. do efeito fiscal	16.4	-	-	(15)	-	-	-	(15)
Realização do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	16.4	-	-	(6.225)	-	-	6.225	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.876	14.876
Constituição de reserva legal	16.2	-	-	-	1.055	-	(1.055)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	-	(1.002)	(1.002)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	19.044	(19.044)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		**25.000**	**-**	**38.055**	**1.283**	**21.241**	**-**	**85.579**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras p/ o Exercício Findo em 31/12/13 (Valores expressos em MR$, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Marilan Alimentos S.A. ("Cia.") é uma sociedade anônima de capital fechado c/ sede em Marília, Estado de São Paulo, e tem como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comércio de biscoitos. As atividades fabris e administrativas ocorrem em terrenos e prédios pertencentes à controladora, Garla Participações S.A., alugados conforme contrato mencionado na nota explicativa nº 13. A cia. mantém negócios em todos os estados brasileiros e exporta p/ diversos países em todos os continentes e conta c/ uma linha de produtos completa em seu segmento tendo como destaque marcas como Marilan Pit Stop, Marilan Maizena, Marilan Cream Cracker, Magic Toast, Teens, Bauny, Turmix, Max, Distração, dentre outras. Como consequência das ações mencionadas nas notas explicativas publicadas no ano anterior, a Cia. tem a satisfação de apresentar ao mercado e a sociedade significativa evolução de seu faturamento e resultados, fruto das ações implantadas e da revisão das estratégias comerciais e operacionais. Tais ações, além da melhoria do faturamento e resultados, também proporcionaram à Cia. uma melhor posição competitiva bem como o aumento de sua participação no mercado brasileiro de biscoitos.. Adicionalmente, a Cia. ainda encontra-se em fase de revisão de seu modelo de gestão, de vendas e distribuição de seus produtos, além da revisão de processos internos que visam aumentar sua eficiência operacional. Destacamos que o ano de 2013 foi de muitos desafios p/ a gestão, não só por toda a reestruturação promovida, como também por variáveis intrínsecas ao seu ambiente de negócios, especialmente o cenário de preço de algumas commodities utilizadas, de forma direta e indireta, como insumos no processo produtivo. Mesmo diante deste cenário, a cia. cumpriu c/ seu objetivo de apresentar resultados satisfatórios, fortalecendo sua atuação no mercado e contribuindo c/ uma posição competitiva sustentável e de reinvestimentos no negócio. No início do referido ano, foi concretizada operação financeira p/ reestruturação de seu passivo, contribuindo p/ a melhoria e equilíbrio financ. de suas operações. Para 2014, a cia. ratifica o compromisso de continuar o processo de expansão de suas atividades, através de uma forte atuação no mercado, lançamento de novos produtos e busca de novas oportunidades. **2. Base de Preparação e Principais Práticas Contábeis -** 2.1. Declaração de conformidade: As DF'ss foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como c/ os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. 2.2. Base de elaboração: As DF'ss foram elaboradas c/ base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As DF'ss são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Cia.. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras não vinculadas. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do trimestre, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados p/ resgate, c/ liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. 2.5. Contas a receber de clientes e outras contas a receber: Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Adm., é registrada provisão p/ devedores duvidosos, constituída c/ base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Adm. p/ cobrir prováveis perdas na sua realização. 2.6. Estoques: Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados p/ conclusão e custos necessários p/ realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão p/ perdas em montante considerado suficiente pela Adm. p/ cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. 2.7. Imobilizado: Representado principalmente por benfeitorias em propriedade de terceiros e equipamentos industriais, deduzido de deprec. e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas p/ o uso pretendido. A deprec. desses ativos inicia-se quando estes estão prontos p/ o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Adicionalmente, c/ base na opção exercida pela Cia. na adoção inicial dos novos pronunciamentos, descrita na nota explicativa nº 9, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado da Cia. naquela data, c/ base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes. A deprec. é reconhecida c/ base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de deprec. são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. 2.8. Intangível: Ativos intangíveis c/ vida útil definida, adquiridos separadamente e substancialmente formados por direitos de uso de software e marcas e patentes, são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando necessário. A amortização é reconhecida linearmente c/ base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: No fim de cada exercício, a Cia. revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis p/ determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado c/ a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Cia. calculará o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente puder ser identificada, os ativos corporativos também serão alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa p/ o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis c/ vida útil indefinida ou ainda não disponíveis p/ uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. 2.10. Provisões: Reconhecidas p/ obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, p/ as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas p/ liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada c/ base nos fluxos de caixa estimados p/ liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos p/ a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Especificamente, os tributos "sub-judice" e a provisão p/ riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão registrados de acordo c/ a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Adm. e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. 2.11. Tributação: A despesa c/ IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos. 2.11.1. Impostos correntes: A provisão p/ IR e CS é calculada e registrada c/ base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R$ 240. A CS foi calculada c/ base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. 2.11.2. Impostos diferidos: IR e CS diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, s/ as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos p/ fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas DF'ss. Entretanto, o IR e a CS diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. IR e CS diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das DF'ss e aplicáveis quando o respectivo IR e CS forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva p/ a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de IR e CS diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis p/ permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, c/ base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Cia. espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados no grupo "Ajustes de avaliação patrimonial" cujos efeitos são registrados diretamente no patrimônio líquido. 2.12. Arrendamento: Os arrendamentos são classificados como financ. sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem p/ o arrendatário. Os contratos de arrendamento financ. são registrados no imobilizado à contrapartida de financiamentos p/ aquisição de ativo fixo, pelo montante igual ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa p/ refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.13. Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços, bem como os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos p/ reais às taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. 2.14. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador dos riscos e benefícios relacionados à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado c/ confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Cia.; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados c/ confiabilidade. 2.15. Uso de julgamentos e estimativas: Quando da elaboração das DF'ss da Cia., a Adm. utiliza estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas DF'ss não podem ser calculados c/ precisão. A Adm. revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Deste modo, as estimativas realizadas em 31/12/2013 e 2012 utilizadas p/ a preparação das DF'ss serão revisadas continuamente. Os efeitos das revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e os resultados efetivos podem diferir das estimativas. 2.15.1. Estimativas: Na preparação das DF'ss, a Cia. efetua estimativas significativas p/ a determinação de premissas utilizadas na avaliação de alguns saldos de ativos e passivos, despesas e receitas. Os itens significativos que estão sujeitos a estimativas e premissas incluem o registro de provisão p/ créditos de liquidação duvidosa, a vida útil dos ativos, a provisão p/ riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e a constituição de IR diferido. 2.15.2. Julgamentos: A Adm. da Cia. utiliza seu julgamento p/ definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações sempre que as normas e interpretações dos CPCs vigentes não tratarem especificamente dos respectivos assuntos contábeis. 2.16. Ativos financ.: Classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financ. ao valor justo por meio do resultado, ativos financ. disponíveis p/ venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financ. e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financ. são reconhecidas ou baixadas c/ base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financ. que requerem a entrega de ativos no prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. A Cia. não possui ativos financ. ao valor justo por meio do resultado e ativos financ. disponíveis p/ venda. 2.16.1. Método de juros efetivos: Utilizado p/ calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, p/ o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida c/ base nos juros efetivos p/ os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financ. ao valor justo por meio do resultado. 2.16.2. Ativos financ. disponíveis p/ venda: Correspondem a ativos financ. não derivativos designados como "disponíveis p/ venda" ou não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financ. ao valor justo por meio do resultado. Investimentos em ações resgatáveis listadas, mantidas pela Cia. e negociadas em um mercado ativo, são classificados como "disponíveis p/ venda" e demonstrados ao valor justo no encerramento do exercício. Bens imóveis recebidos como parte da liquidação de contas a receber também estão demonstrados ao valor justo. O valor justo é determinado c/ base nos preços observáveis nesses mercados. As variações no valor contábil dos ativos financ. disponíveis p/ venda são reconhecidas em "Outros resultados abrangentes" e acumuladas na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial". Quando o investimento é alienado ou apresenta redução no valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" é reclassificado p/ o resultado. 2.16.3. Empréstimos e recebíveis: São ativos financ. não derivativos c/ pagtos. fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida mediante aplicação da taxa de juros efetiva, exceto p/ créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. 2.16.4. Redução ao valor recuperável de ativos financ.: Ativos financ., exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financ. como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, c/ impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. P/ certas categorias de ativos financ., como contas a receber, os ativos que, na avaliação individual, não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável p/ uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Cia. na cobrança de pagtos. e o aumento no número de pagtos. em atraso após um período médio de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. P/ os ativos financ. registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financ.. P/ ativos financ. registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual p/ um ativo financ. similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes. O valor contábil do ativo financ. é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável p/ todos os ativos financ., c/ exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. 2.16.5. Baixa de ativos financ.: A Cia. baixa um ativo financ., apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade p/ outra empresa. Se a Cia. não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financ., mas continuar a controlar o ativo transferido, a Cia. reconhecerá a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financ. transferido, a Cia. continuará reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. 2.17. Passivos financ.: Classificados como "Passivos financ. ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financ.". A Cia. não possui passivos financ. ao valor justo por meio do resultado. 2.17.1. Outros passivos financ.: Os outros passivos financ. (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado p/ calcular o custo amortizado de um passivo financ. e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financ. ou, quando apropriado, por um período menor, p/ o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. 2.17.2. Baixa de passivos financ.: A Cia. baixa passivos financ. somente quando as obrigações da Cia. são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financ. baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. 2.18. Instrumentos financ. derivativos e atividades de "hedge": A Cia. possui instrumentos financ. derivativos p/ administrar sua exposição a riscos de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo de moedas. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na nota explicativa nº 25. 2.19. Lucro (prej.) básico e diluído por ação: Básico: calculado c/ base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o exercício. Diluído: calculado c/ base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício. Para os exercícios findos em 31/12/2013 e de 2012, a Cia. não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro (prejuízo) por ação diluído é equivalente ao lucro (prejuízo) por ação básico, conforme apresentada na demonstração do resultado do exercício. 2.20. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Cia.: As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", mas não estão em vigor p/ o exercício de 2013. A Cia. implementará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação tornar-se obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas DF'ss. • IFRS 9 - "Instrumentos Financ." - a IFRS 9, emitida em novembro de 2009, introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financ.. Em 10/2010 foi alterada p/ incluir requerimentos p/ classificação e mensuração de passivos financ. e p/ desreconhecimento. Adicionalmente, a IFRS 9 foi alterada em 2013 p/ incluir um novo modelo de contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") desenhado p/ ser melhor alinhado em relação à forma como uma entidade trata suas atividades de adm. na exposição de riscos financ. e não financ.. (2) • IFRIC 21 - "Levies" (Taxas) - a IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo c/ a legislação. Um passivo é reconhecido nas DF'ss somente quando o evento que gera a obrigação ocorre. (1) • Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - as alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo por meio do resultado em suas DF'ss consolidadas e separadas. (1) • IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições de Empregados - as alterações à IASº 19 esclarecem os requerimentos relativos ao modo como contribuições de empregados ou terceiros relacionados a serviços devem ser atribuídas. Adicionalmente, essas alterações permitem recurso específico quando os valores das contribuições forem independentes do número de anos de serviços prestados. (1) • IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financ. - as alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financ.. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". (1) • IAS 36 - Divulgação de Valor Recuperável p/ Ativos Não Financ. - as alterações à IAS 36 reduzem as circunstâncias nas quais o valor recuperável de ativos ou unidades geradoras de caixa deve ser divulgado, esclarecem as divulgações requeridas e introduzem um requerimento explícito de divulgação da taxa de desconto utilizada na determinação da provisão p/ redução ao valor recuperável (ou reversão) em que o valor recuperável (baseado no valor justo menos os custos p/ venda) é determinado utilizando-se de uma técnica de desconto a valor presente. (1) • IAS 39 - Novação de Derivativos - as alterações à IAS 39 permitem a continuidade da aplicação do "hedge accounting" (de acordo c/ a IAS 39 ou c/ os conceitos de "hedge accounting" trazidos pela IFRS 9) quando um derivativo é novado e certas condições são atendidas. (1) (1) Em vigor p/ períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2014. (2) Em vigor p/ períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2017. As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas c/ base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Adm. da Cia. avaliou os impactos dessas novas e revisadas IFRSs e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas DF'ss da Cia.. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Adm., ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Cia..

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	3.367	1.864
Aplicações financeiras (i)	8.304	-
Câmbio liberado (ii)	1.761	1.499
Total	13.432	3.363

(i) Compostas basicamente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remuneradas pela taxa média de 98% do CDI. (ii) Câmbio liberado refere-se a recursos disponíveis em dólares norte-americanos, não remunerados, que, em 31/12/2013, totalizavam US$ 752 mil (US$733 mil em 2012), provenientes de operações de exportação, cujas liberações ocorrerão mediante solicitação da Adm. da Cia. quando do fechamento de câmbio dessas operações e contratos.

4. Contas a Receber de Clientes

	2013	2012
Clientes: Mercado interno	83.581	61.699
Mercado externo (denom. em dólares norte-americanos)	6.766	6.797
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.167)	(708)
Total	89.180	67.788

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir:

A vencer	2013	2012
Até 90 dias	81.966	61.747
Vencidas: Até 30 dias	4.030	3.140
De 31 a 90 dias	2.374	1.221
De 90 a 180 dias	722	1.497
Há mais de 180 dias	88	891
	7.214	6.749
Total	89.180	68.496

A movimentação da provisão p/ créditos de liquidação duvidosa é como segue:	2013	2012
Saldo inicial	(708)	(658)
Adições	(1.139)	(837)
Baixas	680	787
Saldo final	(1.167)	(708)

Em 31/12/2013, a Cia. possui contas a receber dadas em garantia no montante de aproximadamente R$ 8.000 (R$ 19.855 em 2012), representadas por duplicatas que devem ser mantidas em cobrança, nas instituições financeiras credoras, equivalentes a um percentual de 20% (41% em 2012) do saldo devedor do empréstimo, conf. mencionado na nota explicativa nº 11.

5. Estoques

	2013	2012
Produtos acabados	6.674	3.763
Matérias-primas	9.612	2.368
Materiais auxiliares e embalagens	6.043	3.525
Materiais de almoxarifado	955	1.029
Adiantamentos a fornecedores e outros	77	53
(-) Provisão para não realização dos estoques	-	(108)
Total	23.361	10.630

O aumento do saldo dos estoques deve-se ao incremento do volume de produção e por estratégia da Companhia ligada ao custo de oportunidade de aquisição de algumas matérias-primas. A movimentação da provisão para não realização dos estoques é como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	(108)	(665)
Adições	(626)	(873)
Baixas	734	1.430
Saldo final	-	(108)

6. Impostos e Contribuições a Recuperar

	2013	2012
Imposto s/ a Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS	2.631	2.708
Contribuição p/ Financ. da Seguridade Social - COFINS	889	853
Programa de Integração Social - PIS	490	371
Imposto s/ Produtos Industrializados - IPI	201	178
Imposto de Renda Pessoa Jurídica- IRPJ	555	90
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido - CSLL	185	18
Outros	546	245
Total	5.497	4.463
Circulante	3.411	1.475
Não circulante	2.086	2.988
Total	5.497	4.463

Os saldos dos impostos a recuperar são decorrentes de transações mercantis e considerados realizáveis pela Adm. da Cia. no curso normal de suas operações. **7. Investimentos - Títulos e Valores Mobiliários:** Conforme mencionado na NE nº 2.16.2, representam investimentos em ações recebidas da Eletrobrás, categorizadas como disponíveis p/ venda e contabilizadas pelo valor justo. A parcela corresp. à variação no valor justo é lançada como contrapartida no PL, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" (vide NE nº 16.4). A classificação deste saldo no ativo circulante deve-se ao fato de haver intenção e expectativa por parte da Adm. de alienar este investimento no curto prazo. **8. Bens Destinados à Venda e Outras Contas a Receber de LP:** Em 31/12/2013, a rubrica 'Bens destinados à venda", no valor de R$ 1.017 representa bens imóveis localizados na cidade de Macapá/AP. Em 2012, essa rubrica, cujo saldo era de R$ 1.354, representavam bens imóveis localizados na cidade de Belém/PA. Estes bens foram recebidos como liquidação de transações comerciais e contabilizados pelo valor justo. Durante o exerc./2013 o bem registrado nesta rubrica em 31/12/2012 foi vendido e o recebimento da parcela final será em 08/2017, estando as parcelas de LP registr. no ativo não circulante na rubrica "Outras contas a receber", no valor de R$ 1.308. Essa venda tem como garantia de recebimento os próprios bens imóveis. A classificação da rubrica "Bens destinados à venda" no ativo não circulante deve-se ao fato de não haver a certeza por parte da Adm. de alienar estes investimentos no curto prazo.

9. Imobilizado

Custo	Benfeitorias em prop. terceiros	Equipamentos industriais	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Outros	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	9.588	195.597	4.357	6.358	1.282	3.130	-	220.312
Adições	210	1.517	17	254	-	806	528	3.332
Baixas	-	(836)	(4)	(126)	-	(9)	-	(976)
Transferências	54	708	-	1	-	(235)	(528)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.852	196.986	4.370	6.487	1.282	3.692	-	222.668
Adições	218	2.259	63	830	753	207	319	4.648
Baixas	-	(1.114)	(179)	(102)	(526)	(56)	-	(1.977)
Transferências	-	346	-	-	593	(773)	(166)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.070	198.477	4.254	7.214	2.102	3.070	153	225.340
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.841)	(83.583)	(2.105)	(4.559)	(727)	(1.440)	-	(94.255)
Depreciação	(389)	(13.946)	(424)	(771)	(237)	(243)	-	(16.010)
Baixas	-	314	1	102	-	-	-	417
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(2.230)	(97.215)	(2.528)	(5.228)	(964)	(1.683)	-	(109.848)
Depreciação	(397)	(14.126)	(421)	(515)	(365)	(246)	-	(16.071)
Baixas	-	985	172	99	520	55	-	1.832
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(2.627)	(110.357)	(2.777)	(5.644)	(809)	(1.874)	-	(124.087)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.622	99.771	1.841	1.259	318	2.009	-	112.820
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.443	88.120	1.477	1.570	1.293	1.196	153	101.253
Taxas médias de depreciação - %	4 (a)	11,55	14,38	33,35	22,78	10		

(a) Depreciação calculada de acordo com os contratos de aluguel de imóveis com a parte relacionada Garla Participações S.A., utilizados para sediar as operações. Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, em 31/12/2013 havia R$ 4.791 (R$ 1.605 em 2012) em bens gravados em garantia, representados, em sua totalidade, por máquinas e equipamentos. Em 31/12/2013, o ativo imobilizado inclui R$ 57.944 (R$ 67.372 em 2012), correspondentes à mais-valia proveniente do custo atribuído registrado em 2010, retroativo a 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subsequentes depreciações e baixas de bens. O custo atribuído constituído como contrapartida dentro do patrimônio, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo de IR e CS diferidos sobre o custo atribuído, em 31/12/2013, monta a R$ 19.701 (R$ 22.907 em 2012), classificado na rubrica "IR e CS diferidos" no passivo não circulante. Anualmente, a Cia. analisa as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 2013, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2012..

10. Intangível

Custo	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Outros	Total
Saldo em 31/12/2011	8.502	466	-	8.968
Aquisições	201	177	3	381
Saldo em 31/12/2012	8.703	643	3	9.349
Aquisições	676	129	1	805
Baixas	(1)	(5)	-	(6)
Transferência	-	3	(3)	-
Saldo em 31/12/2013	9.377	770	1	10.148
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2011	(6.179)	(238)	-	(6.417)
Amortização	(891)	(89)	-	(980)
Saldo em 31/12/2012	(7.070)	(327)	-	(7.397)
Amortização	(735)	(58)	-	(793)
Baixas	1	2	-	3
Saldo em 31/12/2013	(7.804)	(383)	-	(8.187)
Saldo líquido em 31/12/2012	1.633	316	3	1.952
Saldo líquido em 31/12/2013	1.573	387	1	1.961

11. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Taxa de juros ao ano	2013	2012	Venc. final	Garantia
Cap. giro (a)	CDI + (3,15% até 4,00%)	-	13.014	02/18	Aval e duplicata
	de 6,64% até 13,22%	5.707	22.604	06/15	Aval e fiança
Nota crédito Export.NCE (b)	CDI + (de 3,50% até 4,00%)	40.504	-	02/18	Aval e duplicata
	TR + 13,99	-	2.070	-	Aval e fiança
	de 8,6% até 8,86%	-	2.716	06/15	
Aquisição de imobilizado (c)	de 3,50% até 18,00%	6.110	7.845	11/20	Aval,fiança e alien.fiduc. de bens do ativo imob.
Enc. financ. antecip.		(773)	(216)		
Total		51.548	48.033		
Circulante		(16.913)	(43.500)		
Não circulante		34.635	4.533		

(*) Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (**) Taxa de Referência - TR

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais dos acionistas, alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios de duplicatas. a) Capital de giro: Refere-se a operações de empréstimo com diversas instituições financeiras. b) Nota de crédito exportação - NCE: Em 28/02/2013, foi efetivada, com instituições financeiras, operação bancária estruturada por meio de NCE no valor de R$40.000, com remuneração iniciando em CDI + 4% ao ano, reduzida, a partir de maio de 2013 para CDI + 3,5% ao ano, podendo ser reduzida a 3% de acordo com o desempenho financeiro da Companhia durante o período do contrato. Os juros serão pagos em 20 parcelas trimestrais e o principal será pago em 17 parcelas trimestrais com carência de um ano. O vencimento final do contrato será em fevereiro de 2018. Estes contratos estão garantidos por avais dos representantes da acionista e possuem determinadas cláusulas restritivas que estavam sendo cumpridas em 31/12/2013. c) Aquisição de imobilizado: Refere-se a linhas de crédito, disponibilizadas pelo BNDES, para compra de máquinas e equipamentos, as quais estão garantidas pelos próprios bens objeto do financiamento. Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante, em 31/12/2013, são como seguem: **2013**: 2015 = 12.094; 2016 = 10.133; 2017 e após = 12.408; Total = 34.635. O valor justo dos empréstimos e financiamentos aproxima-se do seu valor contábil.

12. Impostos e Contribuições a Recolher

	2013	2012
Imposto s/ a Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS	5.365	3.798
Contribuição para Financ. da Seguridade Social - COFINS	2.526	48
Programa de Integração Social - PIS	548	112
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	992	592
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido - CSLL	351	-
Outros	1.021	398
Total	10.803	4.948
Circulante	10.746	4.948
Não circulante	57	-

13. Partes Relacionadas

	2013	2012
Ativo não circulante: Garla Participações S.A. (a)	-	283
Passivo circulante: Garla Participações S.A. (b)	409	375
Passivo não circulante: Mútuo com os acionistas (c)	17.024	29.312
Despesas operacionais:	**2013**	**2012**
Aluguel de terrenos e prédios (b)	4.917	2.247
Desp. financeiras: Juros incorridos s/ operações de mútuo	2.192	2.964

a) Refere-se a dividendos adiantados aos acionistas durante o exercício de 2012 os quais foram objeto de deliberação quanto a sua liquidação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 12/04/2013. b) Refere-se ao contrato de aluguel das instalações da Cia., cujo valor mensal do aluguel dos imóveis foi calculado por empresa especializada em 1º/02/2003, tendo por base o percentual de 0,8% s/ o valor de mercado desses, atualizado anualmente, c/ base na variação do Índice de Preço por Atacado - IPA. c) Referem-se aos contratos de mútuo c/ acionistas, cujos vencimentos do principal e juros ocorrerão em fevereiro de 2018. Esses contratos são remunerados pela variação da taxa do CDI mais juros de 3% ao ano. Os contratos de mútuo celebrados entre a Cia. e os acionistas destinam-se, basicamente, à manutenção do capital de giro. A Cia. não possui transações relevantes c/ partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Cia. e as controladas são tomadas pela Adm.. **Remuneração do pessoal-chave da Adm. - benefícios de curto prazo:** O pessoal-chave da Adm. inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. Em 31/12/2013, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Adm., incluindo salários, retiradas pró-labore, remuneração do conselho, encargos e gratificações é de R$ 4.036 (R$ 2.559 em 2012). **14. Tributos "Sub-Judice" e Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas:** A Cia. é parte em vários processos administrativos e judiciais envolvendo contingências tributárias, cíveis e reclamações trabalhistas. A provisão p/ fazer face às perdas consideradas prováveis em função destes processos é constituída mediante probabilidade baseada na opinião da Adm. e de seus consultores jurídicos. As provisões podem ser assim sumariadas:

	2013	2012
Tributos "sub-judice" (a)	13.290	13.037
(-) Depósitos judiciais	(13.290)	(13.037)
Total	-	-
Provisões: Processos cíveis (b)	1.031	1.946
Processos trabalhistas (c)	558	1.322
(-) Depósitos judiciais	(218)	(457)
Subtotal	1.371	2.811
Total do não circulante	1.371	2.811

A Cia. não registrou valores referentes a processos de natureza fiscal, cível e trabalhista, cujos êxitos nas discussões foram classificados pelos seus assessores jurídicos como de risco de perda possível. Em 31/12/2013, tais processos representam aproximadamente R$ 37.612, R$ 6.767 e R$ 33.053 (R$ 14.751, R$ 3.699 e R$ 38.564 em 2012), respectivamente. A movimentação das provisões é como segue:

Tributos	2011	Adições	Rever.	2012	Adições	Rever.	2013
"sub-judice"	12.814	223	-	13.037	253	-	13.290
Trabalhistas	1.966	1.324	(1.968)	1.322	727	(1.492)	557
Cíveis	2.490	726	(1.270)	1.946	-	(915)	1.031
Depósitos judiciais (-)	(13.369)	(224)	99	(13.494)	(664)	651	(13.507)
Total	3.901	2.049	(3.139)	2.811	316	(1.756)	1.371

Em 31/12/2013 e 2012, a natureza das principais causas, classificadas pela Adm., c/ base na opinião de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda e que, portanto, têm seus valores incluídos na provisão, é como segue: a) Tributos "sub-judice": Correspondem a: (i) valores de tributos estaduais apurados s/ as entradas de matérias-primas no montante de R$ 8.809, sendo que, a partir de nov./2012, o procedimento foi regularizado e os créditos passaram a ser realizados normalmente; (ii) valores de contribuições previdenciárias s/ serviços prestados no montante de R$ 1.996 (2012 - R$ 1.743) depositados judicialmente; (iii) R$2.485 referentes ao reconhecimento da dedutibilidade da provisão da CSLL, e, em 2012, passou-se a recolher integralmente o valor devido. Para estes tributos, existe um depósito judicial correspondente. b) Processos cíveis: A Cia. constituiu provisão p/ processos de natureza cível, nos quais se discute a responsabilidade civil frente a prestadores de serviço e clientes. c) Processos trabalhistas: Representados, principalmente, por litígios decorrentes de reclamações trabalhistas e encargos previdenciários. A estimativa de desembolsos relacionados às provisões p/ riscos, c/ base na opinião dos advogados, está demonstrada a seguir: Ano 2014 = 1.260; Ano 2015 = 262; Ano 2016 = 67; Total = 1.589. As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos anteriormente. A Administração da Cia. acredita que o desfecho das causas em andamento não resultará em desembolso pela Cia. em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais. **15. IR e CS Diferidos -** 15.1. Composição dos tributos diferidos: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se conforme a seguir:

Créditos tributários	2013	2012
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	8.200	11.419
Diferenças temporárias:		
Tributos "sub-judice", líq. dos tributos de contrib. social	2.995	2.995
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	540	1.111
Provisão para não realização dos estoques	-	37
Outras	1.570	1.221
Total de créditos	13.305	16.783
Débitos tributários		
Custo atribuído ao imobilizado	(19.701)	(22.907)
Diferenças de taxa de depreciação fiscal e contábil	(5.990)	(5.148)
Total de débitos	(25.691)	(28.055)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo, líquido	(12.386)	(11.272)

Em 31/12/2013, a expectativa de realização dos créditos do IR e da CS diferidos, registrados líquidos no passivo não circulante, é demonstrada a seguir: Ano - 2013; 2014 = 5.074; 2015 = 3.350; 2016 = 4.881; Total = 13.305. Os passivos fiscais diferidos serão realizados, substancialmente, pelos prazos de realização do custo atribuído. Como a base tributável do IR e da CS s/ o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Cia. e o resultado de IR e CS. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Cia..

15.2. Conciliação dos montantes de IR e CS	2013	2012
Resultado antes do IR e da contribuição social	23.486	(2.192)
Cálculo do IR e da CS pela alíq. combinada vigente-34%	(7.985)	745
Ajuste p/ refletir a alíquota efetiva: Dif. permanentes	(624)	(613)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(8.609)	132
Composição da receita (despesa) de IR e CS:		
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(7.487)	(377)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.122)	509

15.3. Regime Tributário de Transição - RTT: Em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31/12/2013. Até a conclusão das demonstrações financeiras de 31/12/2013, a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014. **16. Patrimônio Líquido -** 16.1. Capital social: Em 31/12/2013 e 2012, o capital social é dividido em 45.400 ações ordinárias nominativas, c/ valor nominal de R$ 550,66 cada, de propriedade da Garla Participações S.A. 16.2. Reservas - 16.2.1. Reserva legal: Calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 11.638/07. 16.3. Dividendos: De acordo c/ o estatuto social, dos lucros apurados, após a dedução de 5% destinados à formação da reserva legal, 5% serão distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios.

	2013	2012
Resultado do exercício	14.876	(2.060)
Realização do custo atribuído ao imobilizado	6.225	6.622
Lucro ajustado na forma da lei	21.101	4.562
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(1.055)	(228)
Lucro base p/ cálculo de divid. mínimos obrigatórios	20.046	4.334
Dividendos mínimos obrigatórios - 5%	1.002	217
(-) Dividendos antecipados (a)	(800)	-
Saldo de dividendos mínimos a pagar	202	-

(a) Em 27/11/2013, o Conselho de Administração da Cia. aprovou a antecipação de dividendos calculados c/ base nos resultados do exercício de 2013. Em AGO, realizada em 12/04/2013, foram aprovados dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios antecipados aos acionistas em 2012, conforme mencionado na nota explicativa nº 13, no valor de R$ 283. 16.4. Ajustes avaliação patrimonial: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e nº 9, é reconhecida nessa conta a parcela correspondente à realização do custo atribuído aos bens do ativo imobilizado, mediante depreciação, venda ou baixa dos bens e a variação do valor justo dos investimentos categorizados como "disponíveis p/ venda". O valor acumulado referente ao custo atribuído reconhecido pela Cia., em 31/12/2013, é de R$ 38.242 (R$ 44.466 em 2012) e o valor acumulado referente à variação do valor justo dos investimentos é de R$ 187 (R$ 172 em 2012), líquido dos efeitos dos impostos. **17. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** 17.1. Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3. 17.2. Informações suplementares:

Transações que não envolveram caixa	2013	2012
Imobilizado a pagar	-	590
Receb. de contas a receber c/ imóvel - destinado à venda	909	1.246
Reversão de adiant. a partes relac. com divid. distribuídos	283	-

18. Receita Operacional Líquida: A seguir, abertura da receita operacional líquida:

	2013	2012
Vendas brutas de produtos	652.667	510.815
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Abat. e descont. incond., vend. cancel. e devol. vendas	(11.864)	(14.921)
Impostos sobre as vendas	(140.684)	(103.279)
Receita líquida de vendas	500.119	392.615

19. Custos e Despesas por Natureza: A Cia. apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas operacionais baseada na sua função. As informações s/ a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2013	2012
Matérias-primas e materiais de produção	(203.412)	(152.456)
Despesas c/ pessoal	(94.951)	(89.371)
Despesas comerciais	(86.728)	(71.830)
Encargos de depreciação e amortização	(16.827)	(16.954)
Serviços prestados por terceiros	(34.096)	(30.416)
Outras despesas	(36.081)	(28.434)
Total	(472.095)	(389.461)
Classificados como: Custo dos produtos vendidos	(302.200)	(241.907)
Despesas com vendas	(144.950)	(126.234)
Despesas gerais e administrativas	(24.945)	(21.320)
Total	(472.095)	(389.461)

20. Outras Receitas Operacionais, Líquidas	2013	2012
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado, líquido	191	(507)
Receita de convênio com instituição financeira, líquida	299	399
Outras, líquidas (a)	498	115
	988	7

a) Em 2013 refere-se aos valores de ganho s/ venda do imóvel recebido - em dação da GE Distribuidora e ganho de processo judicial referente ao INSS s/ trabalhadores avulsos.

21. Resultado Financeiro	2013	2012
Desp. financeiras: Perdas c/ instrum. financ. derivativos	(900)	(555)
Juros s/ passivos financeiros e descontos concedidos	(8.177)	(9.726)
Tributos e taxas s/ operações financeiras	(411)	(519)
	(9.488)	(10.800)
Receitas financeiras:	**2013**	**2012**
Ganhos c/ instrumentos financeiros derivativos	616	537
Rendimentos s/ aplicações financeiras	887	37
Juros s/ ativos financeiros e descontos obtidos	1.175	4.503
	2.678	5.077
Resultado financeiro	(6.810)	(5.723)

22. Variação Cambial	2013	2012
Ativa	2.814	1.320
Passiva	(1.531)	(950)
Variação cambial, líquida	1.283	370

23. Cobertura de Seguros: As coberturas de seguros foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Adm. p/ cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2013, esses seguros cobrem riscos p/ prédios, máquinas, móveis, utensílios e produtos acabados, conforme a seguir: **Riscos cobertos - Cobertura máxima (*)**; Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza = 282.460; Lucros cessantes = 51.000; Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc. = 12.385; Danos elétricos = 4.235; Responsabilidade civil = 5.350; Roubo ou furto = 106. (*) Corresponde ao somatório das coberturas das diversas localidades seguradas. Os veículos são segurados por valores de mercado e contra riscos causados a terceiros e o vencimento final destas apólices é 31/08/2014. **24. Instrumentos Financeiros:** A Cia. realiza normalmente transações c/ instrumentos financ. e utiliza os derivativos c/ o propósito único de minimizar riscos relativos às flutuações de mercado, ajustando e controlando sua exposição ao impacto das variações cambiais. Tais derivativos financ. referem-se a operações "Non-Deliverable Forward - NDF" p/ o mercado futuro de dólar. A política de "hedging" da Cia. permite realizar somente operações que minimizem os fatores de risco. Conforme a diretriz de risco, a Cia. não permite que suas transações tenham o valor nocional maior que a exposição a ser coberta. Dessa forma, toda transação deve sempre ter relação a um contrato comercial e qualquer efeito, negativo ou positivo, de tais transações será coberto por meio das vendas, custo ou investimentos ligados a estas transações. Os instrumentos financ. e o uso dos derivativos estão em linha c/ a avaliação de risco e política de "hedging" da Cia. que, por sua vez, não opera c/ instrumentos que não estejam diretamente ligados c/ suas atividades normais de negócios. A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financ. contratados pela Cia. é efetuada c/ base em metodologia padrão no mercado e c/ base em informações obtidas c/ instituições financeiras. Os principais instrumentos financ. usualmente utilizados pela Cia. estão apresentados e classificados conforme a seguir:

Ativos financeiros	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	13.432	3.363
Contas a receber de clientes	89.180	67.788
Instrumentos financeiros derivativos	-	13
Total dos ativos financeiros	102.612	71.164
Passivos financeiros	**2013**	**2012**
Fornecedores	41.398	22.009
Empréstimos e financiamentos	51.548	48.033
Instrumentos financeiros derivativos	106	-
Partes relacionadas	17.433	29.687
Total dos passivos financeiros	110.485	99.729

24.1. Instrumentos financ. derivativos: Os instrumentos derivativos contratados pela Cia. em 2013 têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros e não são utilizados p/ fins especulativos. Em 31/12/2013, os instrumentos derivativos contratados, em aberto, pela Cia. são "Non-Deliverable Forward - NDF", p/ recebimentos de exportação, c/ volume contratado de US$ 2.393 mil (US$ 2.344 mil em 31/12/2012) c/ o último vencimento em 22/05/2014. Os valores dos instrumentos financ. derivativos estão apresentados a valor justo e registrados nas respectivas contas de origem da proteção. **Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos:** São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Os resultados das operações envolvendo instrumentos financ. derivativos encerrados e posições em aberto, durante o exercício findo em 31/12/2013, que afetaram as contas de resultado, são resumidos a seguir (valores positivos referem-se a receitas e valores negativos referem-se a despesas): **2013; Contratos vinculados à moeda:** Receitas c/ derivativos = 622; Despesas c/ derivativos = (903); Efeito nas rubricas da demonstração de resultado = (281). a) Contratos a termo de moeda estrangeira

Vencimento	Moeda	Montante em moeda estrangeira	Taxa fixada	Val. ref. (noc.)	Valor justo Fair value	Efeito acum. a rec. (pagar)
06/01/14	US$	75	2,2117	176	166	(10)
06/01/14	US$	130	2,3018	305	299	(6)
13/01/14	US$	60	2,4209	141	145	4
27/01/14	US$	300	2,4270	712	728	16
31/01/14	US$	40	2,2242	95	89	(6)
31/01/14	US$	40	2,3130	95	93	(3)
03/02/14	US$	80	2,2716	190	182	(9)
03/02/14	US$	70	2,3139	167	162	(5)
07/02/14	US$	50	2,2055	119	110	(9)
07/02/14	US$	50	2,3157	119	116	(3)
21/02/14	US$	135	2,3021	323	311	(12)
21/02/14	US$	155	2,3655	371	367	(4)
06/03/14	US$	55	2,3468	132	129	(3)
06/03/14	US$	22	2,3689	53	52	(1)
07/03/14	US$	130	2,3695	312	308	(4)
07/03/14	US$	45	2,4042	108	108	0
11/03/14	US$	60	2,2900	144	137	(7)
11/03/14	US$	48	2,3714	115	114	(1)
14/03/14	US$	95	2,2405	228	213	(15)
14/03/14	US$	112	2,3725	269	266	(3)
21/03/14	US$	75	2,3770	180	178	(2)
28/03/14	US$	60	2,3547	144	141	(3)
28/03/14	US$	26	2,3776	63	62	(1)
07/04/14	US$	45	2,2461	108	101	(7)
17/04/14	US$	125	2,3973	302	300	(3)
09/05/14	US$	55	2,3681	134	130	(3)
20/05/14	US$	95	2,3985	231	228	(3)
22/05/14	US$	160	2,4045	390	385	(5)
Tot.-contr.termo (ativo)		2.393		5.725	5.619	(106)

24.2. Valor justo dos instrumentos financ.: O valor justo dos ativos e passivos financ. está incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, que não em uma venda forçada ou liquidação. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados p/ estimar os valores justos: • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e contas a pagar negociáveis, e outros passivos correntes aproximam seus valores a transportar principalmente devido a vencimentos de curto prazo desses instrumentos. • Contas a receber/empréstimos de taxa variável e de taxa fixa de longo prazo são avaliados pela Cia. c/ base em parâmetros, como taxas de juros, fatores de risco específico por país, crédito individual do cliente e características de risco do projeto financiado. C/ base nessa avaliação, são levadas em conta provisões p/ as perdas esperadas dessas contas a receber. Em 31/12/2013, os valores a transportar de tais contas a receber, sem as provisões, não eram materialmente diferentes dos seus valores justos calculados. • A Cia. firma instrumentos financ. derivativos c/ algumas contrapartes, principalmente instituições financeiras c/ classificação de crédito em grau de investimento. A Cia. utiliza a seguinte hierarquia p/ determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financ. por técnica de avaliação: • Nível 1: valores cotados (sem ajuste) em mercados ativos p/ ativos e passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas segundo as quais todos os lançamentos c/ efeito significativo no valor justo registrado são observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3: técnicas que utilizam lançamentos c/ efeito significativo no valor justo registrado e que não se baseiam em dados de mercado observáveis. Em 31/12/2013, a Cia. mantinha os seguintes instrumentos financ. mensurados pelo valor justo:

Tipo de instrumento	Valor nocional	Valor justo Nível 2
Derivativos: NDFs	5.725	5.619

24.3. Análise de sensibilidade - 24.3.1. Análise de sensibilidade - risco de taxa de juros: A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da var. das taxas de juros no resultado ou no patrim. líq. em diferentes cenários. A tabela seguinte resume todas as posições da situação financeira da Cia. impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Val. de ref. (nocional)	Impactos em um cenário: provável 10%	provável -10%	possível 25%	possível -25%	remoto 50%	remoto -50%
Financ. c/ taxa de juros flut. s/ "hedge"	39.759	5.819	5.014	6.422	4.410	7.428	3.404
Financ.c/ taxa de juros não flut. sem "hedge"	11.790	826	826	826	826	826	826
Mút. c/ taxa de juros flut. sem "hedge"	17.024	2.397	2.054	2.654	1.797	3.083	1.368
Imp. no result. (antes dos efeitos trib.)	68.572	9.042	7.894	9.903	7.033	11.338	5.598

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo c/ três cenários: provável, possível e remoto. P/ o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, c/ base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. A seguir, as principais premissas da análise: • Empréstimos captados c/ taxa de juros flutuantes, sem "hedge". • Valor justo de derivativos de taxa de juros. As taxas de juros foram comparadas c/ a: • CDI. Os impactos dessas possíveis variações são demonstrados no resultado operacional p/ cada item. 24.3.2. Análise de sensibilidade - risco de variação cambial: A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de câmbio e qual seria o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários.

Descrição	Val. de ref. (nocional)	Impactos em um cenário: provável +10%	provável -10%	possível +25%	possível -25%	remoto +50%	remoto -50%
Câmbios disp.	1.761	176	(176)	440	(440)	881	(881)
NDFs	5.725	573	(573)	1.431	(1.431)	2.863	(2.863)
Contas a receb.	6.614	661	(661)	1.653	(1.653)	3.307	(3.307)

A tabela anterior demonstra a sensibilidade do resultado operacional e do patrimônio líquido da Cia. para as possíveis variações na paridade das moedas. A paridade de moedas incluídas na análise é: • US$/R$.: Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. A seguir, as principais premissas da análise: • Valor líquido dos ativos e passivos financ. em moeda estrangeira. • Contas a receber e a pagar em moeda estrangeira. • O valor justo dos instrumentos derivativos de taxa de câmbio. Os impactos dessas possíveis variações são demonstrados no resultado operacional para cada item. A tabela anterior mostra a análise de sensibilidade sobre o resultado operacional e do patrimônio líquido da Cia. para as possíveis variações dos preços do dólar norte-americano. Todos os impactos dos diferentes cenários são demonstrados como um impacto no resultado operacional. A análise de sensibilidade sobre contratos NDFs está apresentada para fins de representação e não está incluída nos impactos do resultado operacional. 24.4. Dívida líquida: A dívida líquida financeira tal como definido e utilizado pela Cia. corresponde ao endividamento bancário, incluindo mútuos com partes relacionadas, menos caixa e equivalentes de caixa. **Dívida líquida - R$;** Endividamento bancário = 51.548; Mútuos com partes relacionadas (passivo) = 17.024; Caixa e equivalentes de caixa = (13.432); Endividamento líquido = 55.140. 24.5. Considerações dos riscos sobre instrumentos financ. - Risco de taxas de juros: A Cia. está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo substancialmente: • As variações da taxa de câmbio que remunera os saldos descritos em caixa e equivalentes de caixa, conforme nota explicativa nº 3. • Juros sobre os contratos de mútuos a pagar contratados a CDI + 3% ao ano. • Juros sobre empréstimos de capital de giro contratados a CDI + 3,50% ao ano. • Juros sobre empréstimos para aquisição de imobilizado contratados às taxas prefixadas que variam de 2,5% ao ano a 17% ao ano. • Juros sobre empréstimos de capital de giro contratados às taxas prefixadas que variam de 6,64% ao ano a 8% ao ano. A Cia. não possui nenhum instrumento derivativo para mitigar os riscos de taxas de juros, pois sua Adm. considera que, pela característica dos índices aos quais suas aplicações e obrigações financeiras estão indexadas, não está exposta a variações significativas. **Risco de liquidez:** É o risco de a Cia. não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financ., em decorrência de desequilíbrio de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **Risco cambial:** A Cia. atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. A Administração estabeleceu uma política para seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Cia. protege suas posições por meio das operações descritas anteriormente, efetuadas sob a orientação de sua Tesouraria. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Cia.. A política de gestão de risco financ. da Cia. é a de proteger entre 25% a 75% os fluxos de caixa previstos (principalmente vendas de exportações e aquisição de estoques) de cada uma das principais moedas estrangeiras pelos 12 meses subsequentes. **Risco de crédito:** A política de vendas da Cia. subordina-se às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido mediante seleção de clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, e mediante diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco). Além dos procedimentos mencionados, a companhia possui seguro de crédito contratado com empresa especializada de renome internacional a fim de mitigar ainda mais os riscos de clientes com faturamentos mais representativos. Adicionalmente, não existe nenhum cliente cujo saldo a receber represente mais do que 3% do valor total de contas a receber de clientes. **25. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo acionista controlador da Cia. e autorizadas para emissão em 21 de março de 2014.

Diretoria

José Rubis Garla - Diretor Presidente

Alex Bezerra de Souza - Diretor Administrativo Financeiro

Marcos Durval Sarmazo - Gerente Contábil e Fiscal - Contador - CRC-1SP129415/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Marilan Alimentos S.A.** Marilia - SP. Examinamos as dem. financ. da Marilan Alimentos S.A. ("Cia.") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa p/ o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Adm. s/ as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas dem. financ. de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários p/ permitir a elaboração de dem. financ. livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião s/ essas dem. financ. c/ base em nossa auditoria, conduzida de acordo c/ as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada c/ o objetivo de obter segurança razoável de que as dem. financ. estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados p/ obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas dem. financ.. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas dem. financ., independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes p/ a elaboração e adequada apresentação das dem. financ. da Cia. p/ planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não p/ fins de expressar uma opinião s/ a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das dem. financ. tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada p/ fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as dem. financ. anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marilan Alimentos S.A. em 31/12/2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa p/ o exercício findo naquela data, de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil. Campinas, 21/3/2014.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alex Andrade Vaz da Silva
Contador - CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

Deloitte.